

INVESTIGAÇÃO / Esquema criminoso comandado por um casal e uma funcionária deles indica simulações de valores e superfaturamento de contratos emergenciais para obras em unidades da rede pública de ensino de Brazlândia por meio do Pdaf

Fraude em serviços para escolas

» DARCIANNE DIOGO
» LETÍCIA MOUHAMAD

Um casal de empresários e uma funcionária estão sob investigação por suspeita de fraudar pesquisas de preço para a contratação com escolas públicas de Brazlândia, em 2023. Os policiais civis da 18ª Delegacia de Polícia analisaram 33 processos de prestação de contas das instituições escolares da região e encontraram 113 contratações com competições simuladas. Os valores dos contratos ultrapassam R\$ 964 mil.

Na manhã de ontem, os investigadores desencadearam a operação Electi — ‘escolhidos’ ou ‘eleitos’, em latim. De acordo com a apuração, os contratos envolviam serviços de manutenção em unidades escolares, no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira da Secretaria de Educação (**Pdaf**). As apurações começaram há cerca de um ano, quando a Polícia Civil (PCDF) recebeu uma denúncia anônima que indicava o superfaturamento de contratos emergenciais de obras em escolas públicas de Brazlândia.

Funcionamento

A polícia revelou que o trio suspeito estava ajustado, com

O Pdaf

O programa disponibiliza recursos financeiros em caráter complementar e suplementar diretamente às unidades escolares e coordenações regionais de ensino da rede pública de ensino do DF. A movimentação dos recursos é realizada por meio de um cartão transferido aos agentes executores de forma eficiente, transparente e com celeridade na prestação de contas. O Pdaf foi instituído pela Lei 6.023/2017.

permanência, estabilidade e divisão de tarefas, para fraudar pesquisas de preços e superfaturar contratos. O casal ocupava a liderança das negociações. Eles criaram seis empresas de fachadas que emitiram orçamentos falsos, simulando concorrência com empreendimentos próprios, que sempre venciam a disputa, e emitindo orçamentos falsos. As empresas não foram localizadas nos inquéritos policiais e fiscais, ainda que tenham sido detectadas transações de valores entre empreendimentos que se apresentavam

como concorrentes.

Por outro lado, a funcionária do casal atuava como “laranja” ou “testa de ferro” no esquema, cedendo regularmente dados pessoais para abertura de contas e circulação dos valores recebidos da Associação de Apoio à Diretoria Regional de Ensino de Brazlândia e das escolas da Regional de Ensino.

Os três mandados de busca foram cumpridos na Vila São José de Brazlândia e em Taguatinga, respectivamente na residência do casal e em duas empresas dos envolvidos. A investigação contou com o apoio da Receita do Distrito Federal. São investigados os crimes de associação criminosa e falsificação de documento particular.

Outro lado

O **Correio** procurou a Secretaria de Educação (SEEDF), que informou ainda não ter sido notificada oficialmente sobre a operação da PCDF e que as informações chegaram por meio da imprensa. “A pasta, em sua instância central, informa que desconhece qualquer situação irregular relacionada à utilização de recursos do Pdaf. Cabe destacar que as unidades escolares e as Regionais de Ensino possuem autonomia para gerir esses recursos, tanto na forma de pagamento quanto na

Divulgação/PCDF



Operação da PCDF foi deflagrada ontem em uma residência e em duas empresas

contratação de serviços e aquisição de materiais”, informou.

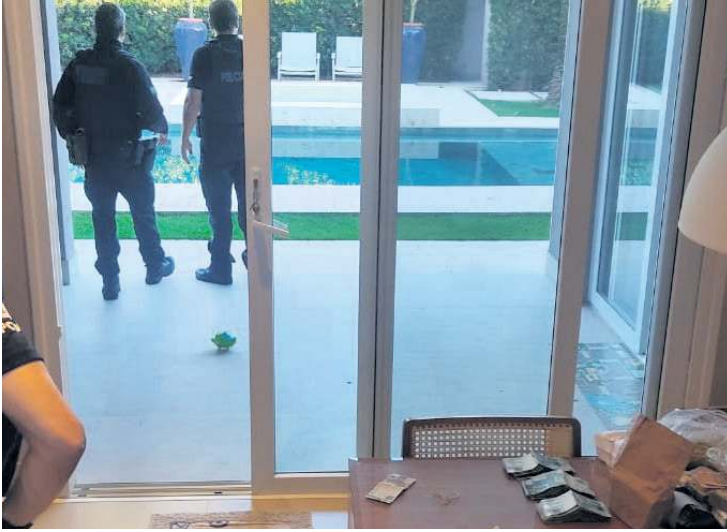
A SEEDF ainda destacou que as unidades escolares e as regionais de ensino possuem autonomia

para gerir esses recursos, tanto na forma de pagamento quanto na contratação de serviços e aquisição de materiais. “Desde setembro de 2023, a SEEDF implementou o

Programa Cartão Pdaf, conforme o Decreto nº 42.403, de 18 de agosto de 2021, com o objetivo de tornar as contratações mais transparentes e ágeis”, acrescentou.

TRIBUTOS

Foto: Reprodução/PCDF



Crime era praticado, pelo menos, desde 2018 por firma de embalagens

R\$ 500 milhões sonegados por empresa

Uma empresa de embalagens plásticas do Distrito Federal foi alvo de uma operação da PCDF por suspeita de movimentar cerca de R\$ 500 milhões desde 2018 — ano de fundação — sem recolher impostos. A ação foi desencadeada pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária (DOT/Decor), em conjunto com a Subsecretaria da Receita do DF (Surec/Seec).

As investigações apontaram que a empresa investigada agia como uma “noteira”,

criada para emitir notas falsas e gerar crédito tributário fraudulento para outras empresas. A polícia constatou que as empresas beneficiadas com o “crédito podre” também são do ramo da indústria de embalagens plásticas, sediadas em São Paulo, e tinham como sócios ou representantes os mesmos da empresa inicialmente investigada pela PCDF.

O delegado Gabriel Oliveira, responsável pelas investigações, deu mais detalhes sobre a operação. “Foram

cumpridos 16 mandados de busca e apreensão na residência de sócios, entidades e pessoas vinculadas a uma empresa sediada no Distrito Federal, identificada como ‘noteira’, que é caracterizada por simular vendas e emitir notas fiscais falsas para que outras empresas sejam beneficiadas com o abatimento de taxas”, esclarece. As ordens judiciais foram cumpridas nas cidades de Florianópolis (SC), Campinas, Jaguariúna e Suzano (SP). Como forma de reaver parte

do prejuízo causado aos cofres públicos, bem como descapitalizar o grupo criminoso, foi judicialmente determinado o sequestro de cerca de R\$ 47 milhões, culminando no bloqueio de 41 veículos e 32 imóveis, incluindo um complexo industrial de fabricação de embalagens plásticas em Jaguariúna (SP).

Os investigadores podem responder por sonegação fiscal, falsidade ideológica, associação criminosa e lavagem de dinheiro. (DD)

TRÁFICO

Cultivo de maconha em mansão do Lago Sul

A PCDF colocou fim a uma estrutura sofisticada de tráfico de drogas que funcionava no quintal de uma mansão de um condomínio de alto padrão do Lago Sul. O advogado Carlos Henrique Peters, 36 anos, é o morador da casa e apontado pelos investigadores como o “cabeça” do esquema.

A operação ocorreu na manhã de ontem e foi conduzida pela Coordenação de Repressão às Drogas (Cord/PCDF). As investigações tiveram início há cerca de um ano, depois que a polícia recebeu denúncias anônimas que indicavam a existência de uma plantação de maconha na residência para venda.

Carlos foi identificado como responsável pela produção ilegal da erva e derivados. Em consulta aos sistemas disponíveis, não foi encontrada qualquer autorização judicial para a manutenção do plantio, informou a PCDF.

Divulgação/PCDF



Estrutura sofisticada foi encontrada em casa de advogado

Segundo a polícia, era por meio das redes sociais que o advogado anunciava os produtos. Pela plataforma da internet, ele comercializava as sementes, plantas e haxixe, apresentando variedades da planta, constatando-se

a promoção e o incentivo ao uso e ao cultivo ilegal da substância. Ontem, os agentes cumpriram mandados de busca na residência dele e encontraram uma estrutura completa de cultivo de maconha, com climatização,

iluminação artificial e controle automatizado. Foram apreendidos 8kg de plantas de maconha, quatro estufas (duas indoor e outra, outdoor), porções de haxixe, balança de precisão, mais de R\$ 5 mil em dinheiro vivo, três simuladores de arma de fogo, prensa industrial, material empregado no cultivo de plantas, e outros, destinados à extração e depuração do THC, como objetos empregados na difusão da droga (centenas de sacos plásticos do tipo ziplock).

O advogado foi autuado pela prática do crime de tráfico de drogas. A ação foi acompanhada por equipe de peritos do Instituto de Criminalística (IC/PCDF) e da comissão de prerrogativas da OAB. Até o fechamento desta edição, a reportagem não havia localizado a defesa de Carlos. O espaço segue em aberto para manifestações. (DD/LM)

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 8 de maio de 2025

» Campo da Esperança

Alcione Luiz da Costa Moura da Frota, 56 anos
Alexandre Machado da Silva, 83 anos
Carlos Borba de Carvalho, 89 anos
Cleiton Couto Domingues, 81 anos
Dailson Dantas de Medeiros, 71 anos
Iraci Caitano Baptista, 86 anos
Jose Francisco Vieira, 89 anos
Jose Mauricio Mendes de Souza, 76 anos
Jose Rodrigues de Sales, 75 anos
Lara Isis Ildefonso dos Santos, menos de 1 ano
Leontina da Silva Pereira, 94 anos
Maria das Graças Silva de Carvalho, 83 anos
Maria Dulce Mendes, 87 anos
Sergio Sampaio, 85 anos

» Taguatinga

Ana Rodrigues Camargo de Carvalho, 77 anos
Carlinho Ferreira dos Santos, 59 anos
Maria Deusa Pereira, 87 anos
Maria Jose Pereira, 90 anos
Pedro Domingos de Santana, 71 anos
Rita Goncalves de Faria, 71 anos
Rumao Fernandes da Silva, 62 anos
Sebastiana Abreu Beltrane, 96 anos
Udislei Oscar da Silva, 47 anos
Valdecio Oliveira da Silva, 62 anos

» Gama

Conceição dos Santos Barros, 82 anos

Francisco das Chagas Dias da Silva, 76 anos
Ivanilde Ribeiro Martins, 81 anos
Jose Francisco da Silva, 82 anos
Maria Lenide Sousa Prado, 61 anos
Odalion Nunes de Oliveira, 56 anos

» Sobradinho

Francimar Martins Monteiro, 55 anos
Raimundo Bezerra de Oliveira, 63 anos

» Jardim Metropolitano

Manoel Benedito de Araújo, 75 anos
Jesonita de Souza Santos, 57 anos
Carlos Eduardo dos Santos Mendonça, 44 anos

GOVERNO FEDERAL
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
ELETRÔNICA/PRESENCIAL

Pregão Eletrônico nº 90006/2025 - UASG 170018

Nº Processo: 10265339576202310. Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no DOU de 23/04/2025. Objeto: Adequação e reforma dos banheiros, copa do hall da academia e dos vestiários do térreo para atendimento aos servidores da SRRF01. - PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA - Pregoeiro

GOVERNO FEDERAL
CAIXA Seguridade
MINISTÉRIO DA FAZENDA

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
NIRE 53.3.0001645-3

EXTRATO DA ATA Nº 220 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Realizada em 09 de Abril de 2025

I. Data e horário: Em nove de abril de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas e trinta e seis minutos, iniciou-se a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. (“Caixa Seguridade” ou “Companhia”), por meio eletrônico.

II. Convocação: Os membros foram devidamente convocados para a reunião, conforme prevê o Regimento Interno do Conselho.

III. Volantes: Conselheiros: HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES, Presidente; FERNANDO ALCÂNTARA DE FIGUEIREDO BEDA, FRANCISCO EGÍDIO PELÚCIO MARTINS, ILANA TROMBKA, INÊS DA SILVA MAGALHÃES, KAROLINE BUSATTO e WALDEMIR BARGIERI.

Assessoramento: Secretária designada: Rafaela do Nascimento Moura Cordeiro, (...). Esteve disponível para prestar esclarecimentos jurídicos o Senhor Renan José Rodrigues Azevedo, Advogado (...).

IV. Ordem do Dia: delibera sobre: (I) Remuneração Global de Dirigentes da Caixa Seguridade (RGD) 2025/2026; (...).

IV. Encerramento: Encerrada a votação em 10/04/2025, às 20h41min, foi lavrada a presente Ata pela Secretária que, lida e achada conforme, é assinada por esta e pelos membros do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., Fernando Alcântara de Figueiredo Beda, Francisco Egídio Pelúcio Martins, Ilana Trombka, Inês da Silva Magalhães, Karoline Busatto, Waldeir Bargieri, Conselheiros, e Humberto José Teófilo Magalhães, Presidente, passando a constar do arquivo próprio. **ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO.** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 2764887 em 08/05/2025.